

NÚCLEO DE CONCILIAÇÃO

ATA DE REUNIÃO

Data: 2017.02.10

Local: Sala 506-B

Presenças: Desembargadores Ricardo **Martins Costa** (coordenador), **A Desembargadora Tânia** Reckziegel e Ricardo **Fraga**; Juízes **Luís Henrique** Bisso Tatsch, **Cinthia** Machado de Oliveira, **Elisabete** Santos Marques e **Eduardo** Vargas; e servidora **Márcia** Jaqueline Leal Vargas (JACEP).

Secretário: Igor Ferraz Freiburger (AGE)

Horário: 10h05min – 12min

Aos dez dias de fevereiro de 2017 reuniu-se o Núcleo de Conciliação do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. O Desembargador Martins Costa abriu os trabalhos falando sobre a proposta recebida para contratar um curso de mediação e conciliação. Comentou sobre o local onde seria feito, sua carga horária e a possível divisão de vagas com o Ministério Público do Trabalho porquanto eles têm experiência em conflito coletivo do trabalho. Também aventou sobre possível interesse dos membros da SDC dada a matéria com que lidam. O Juiz Luís Henrique falou sobre as necessidades do Primeiro Grau quanto a saber lidar com conflitos coletivos porque ocorrem cada vez mais dispensas coletivas e o magistrado de Primeiro Grau não tem formação para lidar com essas questões. O Núcleo concordou com a sugestão do Desembargador Martins Costa quanto a verificar quais os interessados no curso. A seguir, os integrantes comentaram sobre a Semana Nacional da Conciliação programada para maio de 2017, cuja data está prevista há bastante tempo, mas para a qual ainda não houve comunicação formal do Conselho. O Desembargador Martins Costa manifestou desejo de promover uma semana mais efetiva, sugerindo chamar diretores de foro, normatizar medidas com a Corregedoria e realizar reuniões com as associações de advogados. A Juíza Elisabete sugeriu usar a gráfica do Tribunal para preparar material promocional, criticando o fato de que, em semanas anteriores, os impressos chegarem apenas na própria semana. Os presentes comentaram sobre a resistência de alguns advogados à conciliação e meios para lidar com isso. A Desembargadora Tânia sugeriu que o Núcleo vá para reunião do Conselho da OAB para divulgar e esclarecer sobre a Semana de Conciliação. O Juiz Eduardo destacou a possibilidade do JACEP auxiliar juízes de Primeiro Grau a selecionar processos conciliáveis e medidas para tornar a campanha

mais efetiva, destacando que houve muito interesse na semana anterior, mas que a seleção não foi tão favorável. O Desembargador Martins Costa apontou que o Segundo Grau ainda está atuando de forma artesanal no âmbito da conciliação e que é preciso sistematizar a atuação dos desembargadores. Passa a palavra ao Desembargador Ricardo Fraga, que compareceu à reunião para expor sua experiência nesse aspecto. O Desembargador Fraga relatou a iniciativa de promover conciliações por parte da 2ª Turma do Tribunal, em razão da qual visitou o TRF4 para conhecer como é feito o trabalho deles nessa área. Lembrou que em 2014 e 2015 o Tribunal teve uma experiência de conciliação esparsa, mas destaca que muitos advogados hoje são contratados por ato e que uma nova tentativa de conciliação não está na agenda deles que, por isso, não têm interesse em um outro ato. Relatou a ideia de facilitar que os advogados entrem em contato entre si e apresentou documentos que elaborou sobre o tópico, incluindo despacho de seu gabinete de 2014, resumo do método de conciliação e documentos sobre como a Previdência vê a conciliação. Relatou ainda os debates sobre mediação ocorridos em encontro nacional e também em encontro com advogados, sendo em ambos percebida grande resistência. Encerrou sua participação recomendando muito cuidado para que o tema seja tratado de forma diplomática e as resistências sejam superadas. O Desembargador Martins Costa enfatizou que a atuação dos desembargadores não tem sido homogênea ou efetiva e há espaço para melhorar. A Desembargadora Tânia relatou que todo processo recebido em seu gabinete gera e-mail de contato com os representantes das partes para saber se há interesse em acordo. Ressaltou que os resultados têm sido muito positivos. O Núcleo debateu o problema das iniciativas individuais e a necessidade de se adotar uma prática conciliatória ampla e padronizada no Segundo Grau. A seguir, o Desembargador Martins Costa relatou a dificuldade de se obter uma sala para conciliação no prédio sede, havendo uma sala disponível no 6º andar, mas ainda não montada. O Juiz Luís Henrique sugeriu criar um CEJUSC no Tribunal para homogeneizar procedimentos de conciliação no Tribunal. A Desembargadora Tânia relatou que agenda reuniões de conciliação na sala 506-B, marcando com a vice-presidência de acordo com a disponibilidade. Apresentou ao Núcleo exemplos das mensagens que envia a fim de tentar a conciliação. A seguir, o Desembargador Martins Costa explicou que a sala do 6º andar que servia de antessala da presidência foi disponibilizada para atividades do Núcleo no Segundo Grau, salvo nas terças-feiras em que há sessão da SEEx, sendo necessário montá-la e sistematizar uma pauta com os gabinetes. Solicitou que a AGE organize essa pauta, os procedimentos de conciliação e a estrutura necessária. O Juiz Luís Henrique alertou que a Resolução nº 174/2016 exige a presença de um magistrado para que as conciliações ocorram, com o Desembargador Martins Costa

apontando que as tentativas de conciliação teriam agendamento para permitir a organização dos magistrados. Na sequência, o Núcleo debateu a estatística dos resultados de conciliação e como é computado o processo conciliado, que não conta para a própria JACEP, mas sim para o juízo de origem. O Desembargador Martins Costa comentou que o encontro marcado para março, em Brasília, inclui o tratamento estatístico. Márcia lembrou que há três anos a AGE está trabalhando o boletim estatístico do JACEP. O Juiz Luís Henrique comentou sobre possível resistência do juízo de origem se o processo conciliado no JACEP não contar em na estatística da vara em que tramitava. Sobre a ideia dos magistrados do JACEP atuarem uma vez por semana no Tribunal, os juízes Luís Henrique e Eduardo concordam, mas alertam que seria necessário ter alguma ingerência sobre os processos para melhor encaminhar a conciliação. O Juiz Eduardo exemplificou citando processos de locais distantes cuja vinda a Porto Alegre só vai acontecer caso o processo seja extremamente relevante para as partes. A Desembargadora Tânia consultou a OAB e informou aos presentes que a próxima reunião do Conselho Seccional será em 28 de abril, com a presença de todos os 104 conselheiros seccionais. O Desembargador Martins Costa reiterou a ideia de uma reunião com representantes de entidades de advogados no Tribunal, com por exemplo a AGETRA. O Núcleo debateu a importância de se falar sobre conciliação tanto com os conselheiros da OAB quanto com representantes de diversas entidades de advogados. O Desembargador Martins Costa manifestou interesse que a reunião aconteça antes da inauguração da nova sala do JACEP, em março. A seguir, passam a definir contatos a serem feitos e quem poderia participar desses encontros. A Juíza Cinthia comentou sobre a nota pública da OAB falando sobre uma suposta “guerra” dos juízes trabalhistas contra os advogados em razão do procedimento adotado quanto aos alvarás, cenário prejudicial à aproximação pretendida. Sobre o sistema descrito por Natacha na reunião anterior, o Desembargador Martins Costa relatou que ela acredita ter tudo pronto em março. Os juízes do JACEP, que assistiram apresentação sobre o sistema, ponderaram que talvez demore mais um mês para sua conclusão. O Núcleo destacou que o ideal era ter a ferramenta pronta antes da semana de conciliação. O Juiz Luís Henrique lembrou que o sistema não é online, funciona por meio de e-mails. O Juiz Eduardo relatou que o fato de ser por e-mail não é o melhor, mas que hoje, depois de surgir interesse, os advogados falam pelo WhatsApp. Esclareceu ainda que a GM tem um programa próprio para promover conciliação, o qual poderia ser exposto e talvez compartilhado com outras empresas. A Desembargadora Tânia relatou contatos feitos com a Agetra e OAB por WhatsApp durante a presente reunião, com os presentes debatendo datas para reunião a partir dos dados trazidos por ela. Márcia apresentou material do TRT2 sobre a experiência que eles desenvolveram

sobre conciliação. O Juiz Luís Henrique explicou que o TRT2 fez uma adaptação à resolução 174 e que o documento apresentado trata disso. O Desembargador Martins Costa mencionou que ele e os juízes Luís Henrique, Eduardo e Leandro Wilhelms, representante da Escola Judicial, participarão de um encontro no CSJT sobre conciliação em 22 e 23 de março. Comentou os tópicos agendados e sugestões dos Tribunais. A Juíza Cinthia sugere aproximar os juízes recém-empossados do tema conciliação, com medidas adicionais à qualificação pela qual passam. Todos concordam com a ideia e destacam aspectos positivos da medida. O Juiz Eduardo relatou caso de acordo pelas partes feito após sentença e que não foi homologado porque o juiz, equivocadamente, considerou que já tinha acabado sua jurisdição com a prolação da sentença. Citou outro caso em que as partes queriam conciliar e o juiz não aceitou porque havia prescrição, que aplicou de ofício. Os presentes destacaram a importância disso fazer parte da formação dos novos magistrados, devendo ser desfeita a antiga ideia de que juiz que concilia é juiz preguiçoso. A Juíza Cíntia mencionou exemplos de como ela enfrenta resistências nas audiências e apresentou duas sugestões. A primeira é levar os novos juízes ao JACEP e fazê-los participar de oficinas de conciliação e do Pré-Sentença. Sugeriu também que, quando o novo juiz fica uma semana atuando em determinada vara, o juiz titular poderia ser designado para atuar no JACEP. Os demais comentam que isso é interessante, mas viável apenas como convite ou sugestão para os juízes porque a Corregedoria não concordaria com a retirada do magistrado da jurisdição. O Juiz Luís Henrique ressaltou que precisam combinar isso antes com a Escola Judicial para compatibilizar essa semana dos juízes com a pauta do JACEP. Os integrantes do Núcleo debateram a seguir as dificuldades existentes e aventaram a ideia de fazer essa saída da jurisdição durante a semana da conciliação, O Desembargador Martins Costa sistematizou as atividades necessárias para dar andamento às ideias debatidas, ficando a Desembargadora Tânia encarregada de verificar com a Escola Judicial como seria organizada essa capacitação adicional dos novos juízes. O Juiz Eduardo lembrou que os juízes podem ir no JACEP participar de audiências e aprender técnicas de conciliação. O Desembargador Martins Costa sugeriu inserir na formação dos juízes uma oficina com os magistrados do JACEP. A Juíza Cíntia sugeriu que os novos juízes escolham um processo entre os que receberam para sentenciar e tente promover sua conciliação. Após a Desembargadora Tânia esclarecer como os juízes empossados em dezembro estão trabalhado, os presentes debateram as ideias, concordando ser necessário apresentar tais sugestões à Corregedoria. A seguir, a Juíza Cíntia relatou tratativas para conciliar dois processos relativos a Arroio dos Ratos, da Vara do Trabalho de São Jerônimo. Informou que, caso obtenha sucesso, pretende dar ampla divulgação e promover nova tratativa com

prefeitura. O Desembargador Martins Costa falou sobre o problema de terceirização do Mercado Público de Porto Alegre relatado pelo novo prefeito e que isso pode ser uma oportunidade. A Desembargadora Tânia relatou negociação realizada pelo Desembargador D'Ambroso em Uruguaiana, que após mais de um ano foi obtido um grande acordo com a Prefeitura local e com a participação do Ministério Público do Trabalho. O Juiz Eduardo pediu para o JACEP receber texto do acordo. A Juíza Cinthia relatou acordo realizado com a CRM que, apesar do sucesso da conciliação, a empresa não queria divulgar o fato. Sugeriu que empresas públicas ou de economia mista com terceirização de serviços sejam procuradas. A Juíza Elisabete lembrou que essa medida já fez parte de semanas de conciliação anteriores. O Juiz Eduardo salientou os dados que o JACEP tem sobre os maiores litigantes e a dificuldade de fazer novas negociações com o estado do RS. Debateram sobre legalidade das negociações com entes públicos e as relações com as procuradorias. A Desembargadora Tânia, tomando como exemplo o resultado obtido em São Jerônimo por decorrência do empenho pessoal da Juíza Cíntia, sugeriu que outros magistrados invistam em suas relações pessoais com prefeitos e demais autoridades para abrir canais de negociação. Citou exemplos de suas próprias relações. O Desembargador Martins Costa sugeriu listar os municípios e fazer visitas, solicitando que a AGE faça levantamento dos 50 maiores municípios com demandas trabalhistas envolvendo o Poder Público local. Comentaram que o ideal era obter dados de empresas públicas e de economia mista, além dos nomes do prefeito e do procurador do município. A Desembargadora Tânia encarregou-se de obter a lista de prefeitos. Restou agendada para 17 de março, na sala 506-B, às 15h, reunião do Núcleo com representantes da Agetra, Satergs, Comissão de Direito do Trabalho da OAB e, talvez, representantes do governo do Estado e da Prefeitura de Porto Alegre, devendo a SECOM ser avisada para efetuar a cobertura do evento. Ata redigida pelo servidor Igor Ferraz Freiberger, Analista Judiciário lotado na Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais, e encaminhada eletronicamente para validação.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA, DADOS ESTATÍSTICOS E APOIO ÀS AÇÕES INSTITUCIONAIS
